

O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E A DESNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA *

IVAN BERZIN**

1. INTRODUÇÃO

No início dos anos setenta, após trinta anos de aplicação das políticas econômicas keynesianas, defensores do liberalismo agora denominado de “neo”liberalismo¹ começaram a questionar os postulados keynesianos², principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Desta feita, políticas monetaristas passam a ser implementadas nesses países, onde o liberalismo e o conservadorismo passam a ser a ideologia dominante. No mesmo período, o Estado brasileiro procurava, através de uma política estruturalista desenvolver o país, utilizando-se dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), cujo principal objetivo era consolidar a industrialização brasileira dentro dos parâmetros tecnológicos da segunda revolução industrial .

Com o esgotamento do padrão de financiamento, graças à crise financeira internacional e ao segundo choque do petróleo, o governo brasileiro viu-se sem alternativas para financiar os déficits das contas nacionais, bem como para manter o nível da participação dos investimentos do Estado na economia nacional. Como alternativa, passou a negociar a dívida preexistente com o FMI e a solicitar novos empréstimos. Ao negociar com o principal defensor das políticas monetaristas, foi obrigado a assinar cartas de intenções, onde comprometia-se a empreender reformas na política econômica e mais tarde com a adoção das normas do Consenso de Washington³ a adotar a tríade abertura comercial, desestatização e desregulamentação. Nos anos oitenta, pouco foi feito pelo Brasil para cumprir as metas assumidas, sendo que apenas com o início do governo Collor algumas reformas foram iniciadas de forma mais consistente.

A partir do final dos anos oitenta, os países centrais passaram a experimentar um aumento da velocidade da internacionalização das relações sociais capitalistas, cujos maiores indicadores são a desregulamentação dos mercados financeiros, assim como a redução dos custos de transporte e de comunicação. Destarte, seis características podem ser distinguidas, no que diz respeito ao cenário macroeconômico: a) baixas taxas de crescimento do PIB, inclusive nos países centrais; b) deflação; c) instabilidade conjuntural, marcada por desequilíbrios monetários e financeiros; d) alto nível de desemprego estrutural; e) marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas e f) concorrência mundial cada vez mais intensa (CHESNAIS, 1996).

Nos anos noventa, como conseqüência do desenvolvimento das contradições do sistema, essas características acirraram-se de tal maneira que o modo de produção capitalista passou a apresentar características cada vez mais rentistas (CHESNAIS, 1996). Assim, seu funcionamento passou a subordinar-se cada vez mais às necessidades da centralização do capital-dinheiro, aparecendo cada vez mais em novas formas, como por exemplo, os fundos de pensão. Com isso, três processos distintos podem ser apreendidos: a) expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; b) acirramento da concorrência mundial e c) maior integração entre os sistemas econômicos mundiais (GONÇALVES, BAUMANN, PRADO e CANUTO, 1998). A esse processo, a literatura convencionou chamar de globalização. Porém, pode-se apreender que em sua forma efetiva, esse processo de globalização não apresenta uma expansão na mundialização das trocas comerciais, mas sim em uma mundialização das operações do

capital rentista, tanto em sua forma industrial como financeira (CHESNAIS, 1996).

Desta feita, os fluxos de investimento internacionais, tanto diretos como de *portfolio*, passaram a ter uma maior mobilidade, graças a consolidação de uma maior integração regional. Assim, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) tem crescido ano após ano, passando de uma média de US\$245 bilhões, no período de 1991/96 para US\$400 bilhões em 1997, podendo-se concluir que as empresas transnacionais tem aumentado sua importância nas economias nacionais, de países desenvolvidos e em desenvolvimento (CEPAL, 1998). A tabela 1 mostra o fluxo de investimento estrangeiro direto por grupos de países, no período de 1990 a 1996.

TABELA 1

Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto por grupo de países – 1990/1996

Milhões de dólares

Grupo de países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Em desenvolvimento	30.979	41.761	51.139	72.274	93.707	101.00 4	133.76 1
Em transição ⁽¹⁾	300	2.448	4.444	6.287	5.882	14.317	12.261
Desenvolvidos ⁽²⁾	176.34 6	114.79 2	119.69 2	138.76 2	142.39 5	205.87 6	208.22 1
Total	207.62 5	159.00 1	175.27 5	217.32 3	241.98 4	321.19 7	354.24 3

Fonte: CEPAL, 1998

(1) Países da Europa Oriental e Central

(2) Países da OCDE, com exceção da Coreia do Sul, México e República Checa, mais Nova Zelândia, África do Sul e Israel

Especificamente no Brasil, os anos oitenta foram marcados pela redução dos Investimentos Estrangeiros Diretos, sobretudo em decorrência da crise da dívida de 1982 (AGUDELO & TEBALDI, 1999; CEPAL, 1998; LAPLANE & SARTI, 1999). No período de 1980/92 se registrou uma entrada de US\$16,8 bilhões, dos quais US\$6,1 bilhões (36% do total) entraram por meio do programa de conversão da dívida⁴. Destes, cerca de 60% dos realizados por este sistema, ocorreram na indústria manufatureira (CEPAL, 1998).

O IED tem importância para os países receptores, principalmente naqueles incapazes de gerar uma poupança interna para financiar seu desenvolvimento econômico, além de gerar divisas colaborando com o equilíbrio do balanço de pagamentos e contribuir para o desenvolvimento tecnológico, através da transferência de capacitação tecnológica (BACHA, 1982). Da mesma forma, pode contribuir a longo prazo⁵ para a melhoria da balança comercial nos países que possuem déficits ou não, pois a remessa de lucros e royalties pode vir a constituir-se de um fator de desequilíbrio. Pode ainda constituir uma forma de financiamento para o déficit público, através das privatizações.

O Brasil experimentou a partir do fim dos anos oitenta o início de um processo de abertura comercial, porém sem um afastamento do modelo de substituição de importações

adotado nas últimas décadas (GUIMARÃES, 1996). As modificações neste período podem ser divididas em duas:

- a) Foram feitas duas reformas tarifárias: a primeira, em 1988, acabou com certos regimes especiais, atualizou tarifas e suprimiu alguns tributos incidentes (IOF e TPM), como forma de se acabar com a redundância da estrutura tarifária (GUIMARÃES, 1996; HAY, 1997). A segunda em 1989, reduziu as alíquotas de importação de bens intermediários e de capital e
- b) de acordo com uma nova legislação implementada em 1988, foi consolidado o sistema legal da política industrial brasileira, procurando-se incentivar o desenvolvimento da indústria brasileira.

A partir do início dos anos noventa, com o início do governo de Fernando Collor de Mello, iniciou-se um processo de abertura comercial efetiva. Com as medidas implementadas, procurou-se caracterizar uma ruptura com as políticas protecionistas do passado, em que predominava o direcionamento da produção para o mercado interno, o controle de preços, a concessão de incentivos fiscais, a ampla atuação regulatória e empresarial do Estado (LYRA, 1996). Assim, alterou-se o foco da política industrial, da questão da expansão da produção para um aumento da competitividade do parque industrial brasileiro (GUIMARÃES, 1996)

No primeiro dia do novo governo, entraram em vigor a Medida Provisória nº 158, depois transformada, com modificações, na Lei nº 8.032, a Portaria MEFP nº 56 e a Medida Provisória nº 161, depois transformada na Lei nº 8.034, em 12/4/90, com algumas mudanças. A primeira revogava todas as reduções e isenções do imposto de importações e do IPI sobre importações, sendo divulgada posteriormente alguns produtos não produzidos no Brasil que teriam isenção de IPI, além de estabelecer um regime de alíquota zero na importação de bens de capital sem produção nacional. A segunda acabava com as listas de importações, com a exigência de programas de importação por parte das empresas e a autorização prévia de agências federais para importar, exceto no caso de bens de informática. Esses documentos “(...) simplificaram radicalmente o sistema de política industrial e de comércio exterior até então vigente através da revisão da política de importações e da abolição de incentivos fiscais e/ou regionais” (BONELLI et ALLI, 1997, p. 2).

Com as mudanças efetuadas na legislação, várias mudanças ocorreram, merecendo destaque oito pontos, no que diz respeito à abertura comercial brasileira:

1) Liberalização das importações – foram eliminadas as barreiras não-tarifárias, os regimes especiais. Foi iniciado um programa de quatro anos⁶ para a redução das alíquotas do imposto de importação. Estas medidas podem ser entendidas como uma quebra com o padrão da política industrial vigente até então (HAY, 1996; LYRA, 1996);

2) Desestatização – o governo passou para a gestão do capital privado grande parte das suas empresas manufatureiras, nos setores de aeronáutica, mineração, siderurgia, química e petroquímica e fertilizantes, tendo o processo de desestatização avançado na área de infraestrutura (TELEBRÁS, LIGHT), transporte ferroviário e instituições financeiras (LAPLANE & SARTI, 1999).

3) Produtividade e qualidade – graças à pressão competitiva por parte dos produtos estrangeiros que passaram a entrar no país com preços menores, devido à redução das alíquotas do imposto de importação, as empresas brasileiras passaram por uma revolução na organização de suas empresas e nos métodos de gestão, com resultados em termos de

aumento da produtividade da mão-de-obra e de outros aspectos relacionados com os mais avançados princípios de qualidade total (LYRA, 1996);

4) Apoio às exportações – com as mudanças ocorridas na política industrial brasileira, passou-se a incentivar as exportações. Assim, as empresas exportadoras contam com isenção do IPI, com o PROEX⁷, como um instrumento de financiamento, além do FINAMEX⁸. Por fim, procurou-se modernizar as rotinas administrativas, a fim de agilizar o processo de exportação;

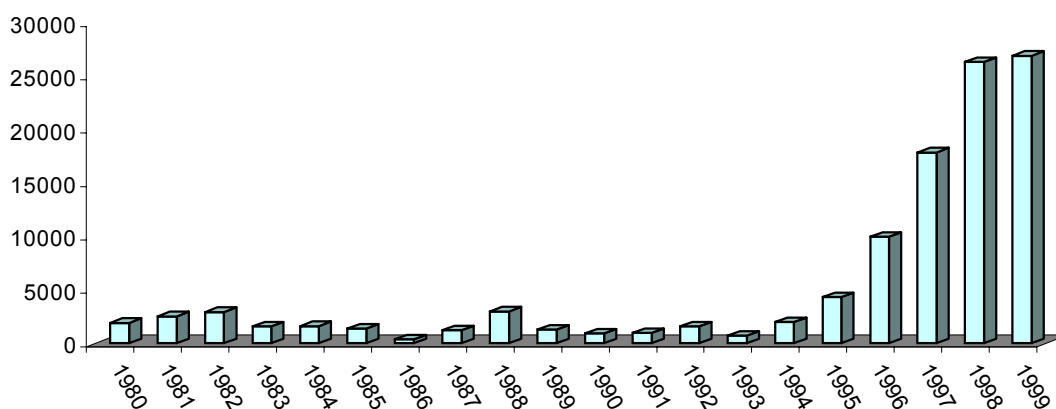
5) Implementação do MERCOSUL – desde 1995, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai formam uma união comercial e aduaneira, como forma de se ampliar o mercado brasileiro;

6) Forma de financiamento dos investimentos – no que diz respeito aos investimentos externos às empresas, estes continuaram sendo financiados pelo BNDES. O sistema BNDES financia investimentos no setor industrial, agropecuário e de infra-estrutura, aplicando taxas de juros próximas às praticadas pelo mercado internacional e prazos de pagamento de cinco a dez anos;

7) Medidas de proteção – foi implementada uma legislação anti-truste, uma lei de defesa do consumidor e uma lei de defesa do meio ambiente. Foi eliminada a legislação específica que controlava os preços e salários, sendo mantido o controle por parte do governo apenas em relação à fixação do valor do salário mínimo e

8) Capital estrangeiro – até o início da abertura comercial, existia na legislação brasileira uma série de restrições à livre movimentação do capital estrangeiro. Assim, impostos como o de renda sobre lucros líquidos, sobre remessa de dividendos, proibição de pagamento de *royalties*, assistência técnica por subsidiárias às matrizes, entre outras restrições, foram eliminadas, permitindo ao capital estrangeiro uma maior liberdade.

Figura 1
Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil 1980/98
Milhões de Dólares



Fonte: CEPAL, 1998, base de dados da Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales da División de Desarrollo Productivo e Empresarial, sobre base de informação fornecida pelo Banco Central do Brasil. Os dados relativos ao período 1997-1999 foram obtidos junto ao Boletim do Banco Central Brasileiro.

Durante o governo do Presidente Itamar Franco, não ocorreram grandes mudanças na forma de condução da política industrial brasileira, devendo-se mencionar apenas a promulgação da lei nº 8844/94, que adequava a legislação brasileira às determinações da Rodada Uruguai quanto à defesa da concorrência (BONELLI ET ALLI, 1997; GUIMARÃES, 1997). Com a estabilização econômica brasileira a partir do segundo semestre de 1994, graças ao início do plano real, juntamente com a política de liberalização implementada desde o início dos anos noventa, os fluxos de investimento estrangeiro direto voltaram a crescer. Em 1995 isto já pôde ser observado, enquanto que nos anos de 1996/97, a entrada de IED foi aproximadamente US\$10 bilhões e US\$17 bilhões, respectivamente. Se for adicionado o fluxo de IED ocorrido em 1998, de aproximadamente US\$22 bilhões, o investimento direto estrangeiro, no período de 1995/98, chega a quase US\$50 bilhões, montante superior à soma de todo o período anterior.

No período de 1990-92, o país enfrentou uma forte recessão em virtude da política econômica adotada no início do governo Collor de Mello. Nestes anos, a produtividade da indústria brasileira não aumentou, devido a adoção de estratégias defensivas de ajustes (CEPAL, 1998). Esses ajustes se fizeram necessários devido ao estímulo de três fatores (MENDONÇA DE BARROS & GOLDENSTEIN, 1997 apud LAPLANE & SARTI, 1999): a) a pressão competitiva por parte dos produtos importados; b) a procura por uma maior inserção internacional no início dos anos noventa, como uma alternativa à retração da demanda doméstica e c) a entrada de novas empresas estrangeiras, na forma de IED, atraídas pela ampliação do mercado doméstico⁹. Ao mesmo tempo, os investidores internacionais reduziram o investimento direto no país, devido à contração do mercado interno. Assim, mesmo com o início do Programa Nacional de Desestatização, os fluxos de IED não sofreram grande alteração.

O período seguinte, que compreende os anos de 1993 e 1994, assistiu um crescimento na produção industrial, devido ao aumento da demanda, como consequência do programa de estabilização da economia, havendo uma tímida recuperação nos níveis de IED. O coeficiente de exportação aumentou, como resultado da apreciação cambial e da redução tarifária (RODRIGUES, 1999). As empresas transnacionais continuaram com uma taxa reduzida de investimentos, contribuindo para o desempenho negativo da balança comercial (CEPAL, 1998).

A partir de 1995 o fluxo de IED manteve uma tendência de crescimento, graças à expansão do mercado interno. Os principais determinantes relativos ao aumento dos fluxos de IED para o Brasil, podem ser identificados como sendo (GONÇALVES, 1999): a) a situação macroeconômica favorável; b) a mudança no padrão de concorrência, enquanto consequência do processo de liberalização comercial dos anos 90; c) a reestruturação produtiva da indústria brasileira; d) as estratégias empresariais, que se podem estar apoiando nos fluxos de IED; e) o aparato regulatório, na transição do Estado burocrático prussiano para o Estado gerencial regulador; f) as privatizações e g) o tamanho do mercado brasileiro. Ainda, especificamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a economia brasileira atraiu capital externo, devido a “(...) liberalização cambial e financeira, as altas taxas de rentabilidade (...) e as oportunidades de “excelentes negócios”, principalmente com aquisições de empresas nacionais e a privatização das empresas estatais” (GONÇALVES, 1999, p. 128).

Da mesma forma, a necessidade de expansão da produção, juntamente com a necessidade de se melhorar o nível de eficiência em decorrência da pressão competitiva dos produtos importados, contribuiu para um aumento do investimento no setor manufatureiro. Da mesma forma, a entrada de novas firmas no setor automobilístico, contribuiu para o aumento dos fluxos de investimento. A privatização das empresas

estatais também foi o fator responsável pela maior parte da entrada de investimentos estrangeiros, sobretudo por ocasião da desestatização das empresas do setor de infraestrutura, notadamente do setor elétrico e de telecomunicações, o que acabou por caracterizar uma mudança no destino do IED, do setor produtivo para o setor de serviços (CEPAL, 1998). Contando as privatizações estaduais, o total arrecado com o processo de desestatização soma US\$47 bilhões, sem contar os recursos obtidos com a concessão da Banda B, sendo que a participação do capital estrangeiro, até outubro de 1997, equívaleu a 13% da receita total (LAPLANE & SARTI, 1999).

Ocorreu um aumento expressivo na participação do IED na formação bruta de capital fixo, assim como sua importância no resultado do balanço de pagamentos (CEPAL, 1998; LAPLANE & SARTI, 1999). Observou-se também um crescimento na participação de empresas estrangeiras no parque industrial brasileiro. Seguindo a tendência dos países desenvolvidos, verificou-se ainda um aumento das fusões e aquisições, principalmente no setor produtivo, totalizando cerca de um terço dos fluxos de IED (FIPE, 1998, apud CEPAL, 1998).

Dada a mudança do quadro regulatório brasileiro por ocasião da abertura comercial, a estrutura da indústria brasileira se alterou. A redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias e a conseqüente entrada de produtos estrangeiros no mercado interno, constituiu uma forte pressão para que houvesse uma reestruturação da indústria brasileira. Da mesma forma, a desregulamentação dos fluxos de capital e a alteração das normas referentes à participação de capital estrangeiro na economia nacional, permitiram que fusões e aquisições ocorressem, aumentando a presença de empresas transnacionais na economia brasileira. Com isso, torna-se necessário realizar um estudo para procurar avaliar o impacto da abertura comercial e dos fluxos de investimento estrangeiro direto na estrutura industrial brasileira. Os objetivos do estudo deverão contemplar os seguintes pontos:

- a) Caracterizar a abertura comercial como reflexo da ruptura com o modelo nacional-desenvolvimentista e o início da adoção do modelo de desenvolvimento neoliberal;
- b) Analisar, a partir do processo de abertura comercial, quais as medidas tomadas pelo governo Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso para a consolidação do novo modelo adotado;
- c) Caracterizar os fluxos de investimento estrangeiro quanto à sua origem, tipo e destino, tanto geograficamente quanto setorialmente;
- d) Analisar, com ênfase na participação do capital estrangeiro no processo de fusões e aquisições, o grau de desnacionalização da indústria brasileira, bem como os níveis de concentração em seus principais segmentos, caracterizando dessa forma a influência dos investimentos estrangeiros diretos sobre a estrutura industrial brasileira.

A questão dos fluxos de IED deverá ser abordada a partir do início dos anos noventa, quando foi intensificado o grau de abertura da economia brasileira. Será destacado inicialmente, o processo de mudança pelo qual o modo de produção capitalista passa com o fim da utilização das políticas keynesianas nos países centrais para a neoliberal, como fator de influência para o processo de abertura da economia ocorrido no Brasil, a partir do fim da aplicação do modelo desenvolvimentista brasileiro. Serão analisadas as medidas tomadas no período 1990/1999, através de pesquisa na literatura e na legislação, como forma de caracterizar esse processo de transição e sua consolidação.

Quanto aos fluxos de investimento estrangeiro direto, serão consultadas fontes secundárias, como as publicações do Banco Central do Brasil, do Ministério da Fazenda e do BNDES, séries estatísticas do IBGE, documentos de organismos internacionais, bem

como será consultada a produção acadêmica e os arquivos das principais publicações da imprensa.

O estudo deverá ser dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro deverá abordar a transição do modelo nacional-desenvolvimentista para o neoliberal, destacando as medidas adotadas nos três períodos de governo dos anos 90. O segundo buscará demonstrar o comportamento dos fluxos de IED no período. O terceiro capítulo tratará das alterações ocorridas na estrutura industrial brasileira no período estudado, com ênfase no impacto dos fluxos de IED.

6- BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

AGUDELO, Hugo & TEBALDI, Edinaldo. **Abertura comercial, integração regional e investimento estrangeiro direto no Brasil**, in Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e a IV Conferência Internacional de História de Empresas, Curitiba, 1999.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**, in SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1995.

BACHA, Edgar. **Crescimento com oferta limitada de divisas: uma reavaliação do modelo de dois hiatos**, in **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 12, nº 2, pp. 285-310, Rio de Janeiro, IPEA, 1982.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**, vários volumes e números, Edição internet in <http://www.bcb.gov.br>

BANCO MUNDIAL. **Global Development Finance**, Banco Mundial in <http://www.worldbank.org>, 2000.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**, in **Caderno Dívida Externa**, número 6, 2ª edição, PEDEX, São Paulo, 1994

BERZIN, Ivan. **A regulação do setor de telecomunicações após a privatização**, UFSC, CSE, Departamento de Economia., Monografia, 1999.

BONELLI, Regis et alli. **As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil: rumos e indefinições**, IPEA, Texto para discussão nº 527. Rio de Janeiro, 1996.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**, Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.

CEPAL. **La inversión extranjera en América Latina e Caribe – informe 1998**, CEPAL, in <http://www.cepal.org>, 1998

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**, Xamã Editora, São Paulo, 1996.

COUTINHO, L. e FERRAZ, J. C. (coord.). **Estudos da competitividade da indústria brasileira**, Editora UNICAMP, 1994.

FIORI, José Luiz. **Em busca do dissenso perdido – ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**, Insight Editorial, Rio de Janeiro, 1995.

FURTADO, Celso. **Os ares do mundo**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

- GOLDENSTEIN, Lidia. **Repensando a dependência**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.
- GONÇALVES, R., BAUMANN, R., CANUTO, O. e PRADO, L.. **A nova economia internacional: Uma perspectiva brasileira**, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1998.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **A experiência recente da política industrial no Brasil: uma avaliação**, IPEA, Texto para discussão nº 409. Brasília, 1996.
- HAY, Donald. **The post 1990 brazilian trade liberalization and the performance of large manufacturing firms: productivity, market share and profits**, IPEA, Texto para discussão nº 523. Rio de Janeiro, 1997.
- HAYEK, Friederich A. von. **O caminho da servidão**, 2ª edição, Editora Globo, São Paulo, 1977.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**, Coleção “Os economistas”, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- HOBBSBAWN, Eric J.. **A era dos extremos: Uma história do breve século XX – 1914-1991**, 2ª Edição, Cia das Letras, São Paulo, 1995.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria do emprego, do juro e da moeda**, Coleção “Os economistas”, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- LAPLANE, Mariano & SARTI, Fernando. **Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90**, IPEA, Texto para discussão nº 629. Brasília, 1999.
- LYRA, Flávio Tavares de. **A política industrial brasileira: mudanças e perspectivas**, IPEA, Texto para discussão nº 413. Brasília, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor – A economia política da hegemonia imperfeita**, Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1998.
- RODRIGUES, Rute Imanishi. **Empresas estrangeiras e fusões e aquisições: os casos dos ramos de autopeças e de alimentação/bebidas em meados dos anos 90**, IPEA, Texto para discussão nº 622. Brasília, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição e BELUZZO, Luiz Gonzaga de M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil, in BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. & COUTINHO, R. (Orgs.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil – ensaios sobre a crise**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- ZANATTO, Nilson. **Pensamento neoliberal: os argumentos da proposta de redução da participação do Estado na economia**, UFSC, CSE, Departamento de Economia., Monografia, 1998.

NOTAS:

- * O presente texto é baseado no projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia da FCLAR/UNESP.
- ** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da FCLAR/UNESP.
- ¹ O termo “neo”, aparece como forma de imprimir um caráter de novidade a algo que já havia sido experimentado e demonstrado não ser a melhor forma de distribuir a riqueza gerada pelo modo de produção capitalista.
- ² A redução do nível do crescimento da economia, o aumento da inflação e do desemprego e problemas na balança de pagamentos foram considerados resultado das políticas keynesianas.
- ³ As diretrizes do Consenso de Washington abrangiam dez áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento estrangeiro direto; 8) privatização; 9) desregulação e 10) propriedade intelectual (Batista, 1988).
- ⁴ Ou *Debt-equity swaps*, mecanismo de conversão da dívida em capital.
- ⁵ Pode haver uma melhoria já no curto prazo. Porém, se for considerada a entrada de bens de capital, devido a um aumento da capacidade produtiva, no curto e até mesmo no médio prazo, os fluxos de IED podem causar desequilíbrios.
- ⁶ Na realidade, o programa foi cumprido em três anos (Fevereiro de 1991, Janeiro de 1992, Outubro de 1992 e Julho de 1993).
- ⁷ Programa de Financiamento das Exportações. O objetivo principal do PROEX é equacionar as taxas de juros dos créditos destinados à exportação às praticadas no mercado internacional.
- ⁸ Financiamento às Exportações de Bens de Capital
- ⁹ Principalmente após o início da estabilização e da consolidação do MERCOSUL.